



RELATO DE EXPERIÊNCIA

DECIFRA-ME OU DEVORO-TE: uma oficina de intervenção sociológica

Maikon Bueno¹

Resumo

O artigo apresenta a oficina “Decifra-me ou Devoro-te” desenvolvida durante a inserção do autor enquanto bolsista do Programa Residência Pedagógica financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do mesmo modo que seu estágio curricular, supervisionado pelo curso de licenciatura em Ciências Sociais, durante o ano de 2019. Realizada com estudantes do Ensino Médio, de escolas públicas da região da 15ª Coordenadoria Regional de Educação de Erechim no Rio Grande do Sul, a oficina foi organizada sob modo de um tribunal do júri, sendo oportunizado aos(as) estudantes elaborarem; criarem e apresentarem acusações e defesas de determinados casos a um júri, que por fim determinou o veredito final deles. Ao fim da oficina foram expostos os argumentos feitos por Acusação e Defesa, do mesmo modo que problematizadas questões acerca de julgamento prévio; análises superficiais de conteúdo; prospecção de argumentos e (co)relação entre indivíduos e sociedade, no âmbito jurídico; político; social e cultural brasileiro.

Palavras-chaves: Oficina, Sociologia, Tribunal do júri, Estranhamento.

¹ Mestrando do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - Campus Erechim. *E-mail:* maikon_bueno@yahoo.com.br

DECIPHER ME OR I WILL DEVOUR YOU: A sociological intervention workshop

Abstract

The article aims to show the workshop “Decifra-me ou Devoro-te (Decipher me or I will devour you)” developed during the author insertion as a scientific initiation scholarship in Pedagogical Residency Program financed by Higher Education Personnel Coordination Improvement (CAPES), in the same way as his curricular internship, supervised by the Social Sciences degree course, during 2019. The workshop was held with high school students, from 15th Regional Education Coordination public schools region, and was organized as a jury court, giving opportunities to the students elaborate; create and present prosecutions and defenses in specific cases to a jury, which determined their final verdict. At the workshop conclusion, the arguments made by the Prosecution and Defense were exposed, as well as were problematizing questions about prior judgment; superficial content analysis; prospection of arguments and (co)relationship between individuals and society, in the legal Brazilian, political, social and cultural scope.

Keywords: Workshop, Sociology, Jury Tribunal, Strangeness.

INTRODUÇÃO

O Programa Residência Pedagógica (PRP) instaurado pela portaria Nº 38, de 28 de fevereiro de 2018 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é uma das ações que integram o Decreto Nacional nº 8752 que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica e, que impacta diretamente na proposta de maior interação entre Instituições de Ensino Superior e a Escola na qualificação da formação de licenciandos(as), assim como a indução a uma reformulação do estágio curricular supervisionado (MEC/CAPES, 2018).

Sob o Edital CAPES 06/2018, que confere bolsa remunerada, a Residência Pedagógica tem o total de 440 horas distribuídas entre ambientação e imersão da/na escola, assim como organização, produção e socialização de atividades realizadas, a partir destas horas estipuladas e com a estratégia de induzir a uma reformulação do estágio curricular supervisionado, os(as) licenciandos(as) podem

optar em concorrer a uma vaga, participar do programa e ao cumprir com as obrigações propostas pelo edital, validar sua participação no PRP como se tivesse realizado as etapas do estágio curricular supervisionado, por isto também, um dos critérios para um(a) licenciando(a) conseguir uma vaga é ter cursado no mínimo 50% do curso ou estar cursando a partir do 5º período.

A oficina que será apresentada a seguir, foi pensada, organizada, e concretizada durante minha inserção enquanto residente pedagógico e estagiado pelo componente curricular do estágio curricular supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais durante o ano de 2019.

Neste trabalho apresentarei aspectos relacionados a criação da oficina e recepção em sua proposta apresentada as escolas e as professoras; também detalharei os atos da estrutura desenvolvida com/para estudantes, e por fim abordarei uma breve avaliação sobre a recepção e participação de estudantes e professoras.

1 **A OFICINA DECIFRA-ME OU DEVORO-TE²**

1.1 **A proposta**

Com a dificuldade enfrentada em não haver professores(as) formados(as) na área de Sociologia/Ciências Sociais lecionando a disciplina de Sociologia nas escolas da região da 15ª CRE da cidade de Erechim no Rio Grande do Sul³, e, mesmo com o Edital CAPES 06/2018, possibilitando esta “troca” do estágio curricular

² Em referência ao conto de Édipo Rei, trago a exegese apontada pela Esfinge as portas da cidade de Tebas. Como proposta de autorreflexão e de solução ao trabalho realizado para com os(as) estudantes, utilizo como base teórica o escrito de Antonio Quinet em seu livro Édipo ao pé da letra: Fragmentos de tragédia e psicanálise. 2015 p. 99-120, abordando a importância das decisões individuais, do contexto histórico e da relação direta e indireta entre indivíduos.

³ Conforme evidencia o estudo de Gonçalves (2017, p.47) e Sielski (2016, p.40) até novembro de 2017 não havia nenhum(a) professor(a) formado(a) na área de sociologia/ciências sociais lecionando a disciplina de sociologia nas escolas de abrangência da 15ª CRE do município de Erechim no Rio Grande do Sul.

supervisionado pelo programa da residência pedagógica; como licenciando em ciências sociais me senti no dever de auxiliar as escolas e professores(as) que não são da área da Sociologia/Ciências Sociais a qualificar suas aulas, sendo assim a partir do ano de 2018, tive a oportunidade e o privilégio de vivenciar, experienciar, pesquisar, qualificar e compartilhar muitos saberes, aproveitando o melhor dos dois mundos, realizando tanto o estágio curricular supervisionado, quanto o programa residência pedagógica.

A esta motivação em aprender, compartilhar saberes ligados a área das Ciências Sociais, assim como motivar professores(as) e estudantes à compreenderem como um percurso formativo inteligível e necessário, resolvi organizar uma oficina sociológica com o intuito de validar, legitimar e transparecer a disciplina de Sociologia como um caminho possível, interessante e de amplo conhecimento.

A criação da oficina deu-se a partir de um breve mapeamento em redes sociais acerca da intensa opinião diversificada sobre diferentes crimes cometidos. Comentários banais e rasos que vão desde “bandido bom é bandido morto”, “só Deus pode julgar” e “fez por merecer”, me fizeram refletir sobre os espaços e impactos que as “livres opiniões” ocupam e se legitimam no mundo do anonimato, visto isso, decidi trazer a ideia da “livre opinião” para dentro da escola sob a alusão de um aspecto formal, crítico e cara a cara, surgindo assim o tribunal do júri como um suporte a ser trabalhado dando voz as diferentes opiniões e diferentes lados.

Mesmo sem a implementação nas escolas do Novo Ensino Médio, utilizei os objetos de conhecimentos da Base Nacional Comum Curricular e o Referencial Curricular Gaúcho, através dos itinerários formativos com foco nas Ciências Humanas Sociais e Aplicadas e com área complementar em Linguagens e suas Tecnologias, assim como na área das Ciências da Natureza e suas Tecnologias, que são o multiculturalismo, princípios democráticos, biotecnologia, direitos humanos, gênero, soliedariedade e empatia, expressão e comunicação e ressignificação do meu espaço no mundo.

A apresentação da oficina deu-se primeiramente em contato direto com professores supervisores tanto do estágio curricular supervisionado, quanto do PRP, sendo após a aprovação da oficina, fora conversado com professoras que atuam na disciplina de sociologia em duas escolas de abrangência da 15ª CRE do município de Erechim no Rio Grande do Sul, a Escola Estadual Professor Mantovani e a Escola Estadual Haidee Tedesco Reali, a proposta foi entregue em formato escrito e após uma análise fora explicado passo a passo, com a aprovação pelas professoras regentes, a oficina também fora apresentado a direção das escolas, pensando em sua aprovação e auxílio para a realização da mesma, sendo que seria necessário tempo adicional e espaço específico para a realização da mesma.

Com a aprovação das instituições e dos/as profissionais da área, a primeira aplicação da oficina fora realizada na Escola Estadual Professor Mantovani, em um turno inteiro, durante período noturno, no anfiteatro da escola; participaram da atividade cerca de 90 estudantes do ensino médio, 4 professoras regentes de diversos componentes curriculares, que gentilmente compartilharam seus períodos de aula participando da oficina, e 5 colegas de graduação da área das Ciências Sociais, Pedagogia, Geografia, Direito, História e Filosofia, para que auxiliassem na condução da oficina, e 4 participações especiais de diversas pessoas para o ato final da oficina.

Na Escola Estadual Haidee Tedesco Reali a oficina fora realizada durante o período noturno, primeiro com as turmas do 2º ano do Ensino Médio, cerca de 30 estudantes, seguindo o formato original, de finalização em um turno inteiro, e em um espaço de reuniões; em sua segunda realização na mesma escola a oficina foi feita com uma turma do 3º ano do ensino médio, cerca de 15 estudantes, e os atos foram separados em aulas ministradas, portanto em 3 semanas (3 aulas) durante o único período de sociologia, com exceção do último ato em que fora disponibilizado gentilmente pela professora de Biologia um período a mais para finalização da oficina, e a última realização da oficina foi feita com estudantes do 1º ano do ensino médio, cerca de 10 estudantes, durante exclusivamente as aulas de Sociologia, em

3 semanas e concluído em 3 aulas, as turmas do 1º ano e 3º ano, todos os atos ocorrem exclusivamente nas salas de aula.

1.2 **A** estrutura

A oficina apresentada a seguir, é organizado sob atos, sendo ao todo 3 atos que a organizam, modificam e seguem uma lógica temporal específica para compreensão plena de todo o tralhado, sendo assim a apresentação dos atos não devem ser alteradas. Abaixo irei apresentar os 3 atos que compõem a oficina.

O 1º Ato inicia-se apresentando três personagens (A, B e C) com suas respectivas acusações de crimes, para que não fosse dados dicas sobre quem são os(as) três personagens, fora utilizado uso da linguagem não sexista para que não seja determinado descrições pré-concebidas a respeito de gênero, idade, aporte físico, personalidade, profissão, etc.. Também fora evitado o uso de vícios de linguagem que possam desvencilhar do regramento e normas da escrita e oralidade que se procede em torno de um processo real dentro dos trâmites jurídicos, a linguagem coloquial fora utilizada apenas como recurso secundário à uma melhor compreensão de termos, frases e de exemplos apresentados⁴.

⁴ A seriedade da explanação e das argumentações é tida como suporte pedagógico para que não seja levado apenas como uma brincadeira, pois a todo momento a oficina, reforça a importância dos argumentos, da sistematização, da explanação, e dos aspectos formais e informais de estrutura social e de instituições que asseguram e reforçam a legitimidade de opiniões e julgamentos. Estratégia elaborada com base no livro “Pedagogia da Autonomia” de Paulo Freire de 2011.

Quadro 1 – Personagens e acusações de crime do Réu A.

RÉU “A”	
ACUSAÇÃO	DESCRIÇÃO
<i>Associação Criminosa</i>	Utilizou amplos conhecimentos em informática para associar-se a terceiros na intenção de praticarem crimes no ambiente virtual, injúria, calúnia, difamação e incitação à violência, ao estupro, homicídio e lesão corporal.
<i>Divulgação de imagens envolvendo a prática de pedofilia</i>	Disponibilizou vídeos e imagens de práticas sexuais envolvendo crianças e adolescentes na internet.
<i>Incitação ao cometimento de crimes</i>	Aproveitou-se do anonimato para incitar outros usuários a cometer delitos, criou site falso, publicando textos incitando os crimes de lesão corporal, estupro, pedofilia e ultraje a culto religioso.
<i>Coação</i>	Ameaçou de morte pela internet o delegado da Polícia Federal (PF) responsável pelas investigações da Operação.
<i>Terrorismo</i>	Enviou dois e-mails ameaçadores a um hospital de Brasília (DF) e à embaixada dos Estados Unidos no Brasil.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2 – Personagens e acusações de crime do Réu B.

RÉU “B”	
ACUSAÇÃO	DESCRIÇÃO
<i>Homicídio doloso com arma branca</i>	Utilizou uma arma branca no qual deferiu 2 golpes no pescoço da vítima ocasionando sua morte no local. A vítima encontrava-se sentada no sofá quando réu se aproximou pelas costas e deferiu os golpes na região do pescoço. Situação: Flagrante.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3 – Personagens e acusações de crime do Réu C.

RÉU “C”	
ACUSAÇÃO	DESCRIÇÃO
<i>Terrorismo e Organização criminosa</i>	Uso da força física e psicológica em ataques localizados através de incêndios em residências e veículo estacionados nos centros de cidades com grande população de trabalhadores.
<i>Subversividade</i>	Perturbação da ordem pública através de uso de carros de som e ataques a pessoas no meio da rua.
<i>Cúmplice de latrocínio e roubo</i>	Cúmplice de planejar, orquestrar e manipular assaltos a mão armada em propriedades públicas e privadas sendo que um destes ocasionou a morte de três agentes de segurança do local.

Fonte: Elaboração própria.

Após serem apresentadas os crimes da qual os(as) personagens são acusados(as), foi solicitado para que os(as) estudantes interessados(as) em fazer a defesa de um(uma) dos(as) personagens se organizem em um grupo de defesa do(a) personagem, dividindo assim, três grandes grupos.

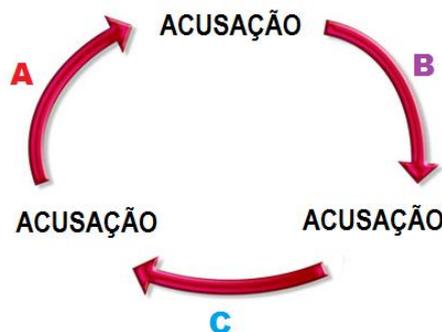
Com a divisão dos grupos, os(as) colegas de graduação convidados(as), já sabendo de toda a estrutura e organização da oficina, dividiram-se entre os grupos afim de auxiliar os(as) estudantes na organização e sistematização das defesas da(o) personagem escolhido(a), neste momento foi entregue folhas de ofício e canetas para que pudessem registrar as ideias e propostas de defesa.

Dentro de cada grupo, fora instigado o debate de argumentos que pudessem ser utilizados na defesa da(o) ré(u) escolhido(a), após o levantamento dos argumentos, foi feito a escolha de dois(duas) representantes entre os(as) estudantes do grupo para que pudessem apresentar os argumentos de defesa para o júri.

Feito a escolha dos(as) representantes e a organização dos argumentos para a defesa, foi comunicado aos grupos que além da preparação da defesa, deverão

organizar novos argumentos e outros(as) dois(duas) representantes para que seja feito a acusação de um(uma) ré(u) pré-determinado a partir da escolha da(o) ré(u) da defesa, como é apresentado no esquema abaixo:

Imagem 1 – Esquema de organização para acusação direta



A acusa B que acusa C que acusa A

Fonte: Elaboração própria.

Organizado em cada grupo 4 representações (2 defensores(as) da(o) ré(u) escolhido(a) e 2 acusadores(as) da(o) ré(u) predestinado(a)), assim como argumentos para defesa e acusação, é orientado sob os espaços de fala, sendo possível apenas manifestação de um representante por vez, e quem não é representando não pode se manifestar verbalmente, portanto fora orientado para o restante do grupo que não fará representação, a proposta de livre manifestação visual, utilizando pela produção midiática, elaboração de cartazes, imagens, desenhos, gravuras, intervenções visuais que falem ao invés da voz, as produções midiáticas também foram pré-destinadas de acordo com a escolha do(a) ré(u) de defesa, foi disponibilizado, cartolinas, tesouras, colas e canetões para livre expressão.

Confira o esquema para a produção midiática:

Imagem 2 - Esquema de organização da produção midiática de acusação



A expõe acusação de C que expõem acusação de B que expõe acusação de A

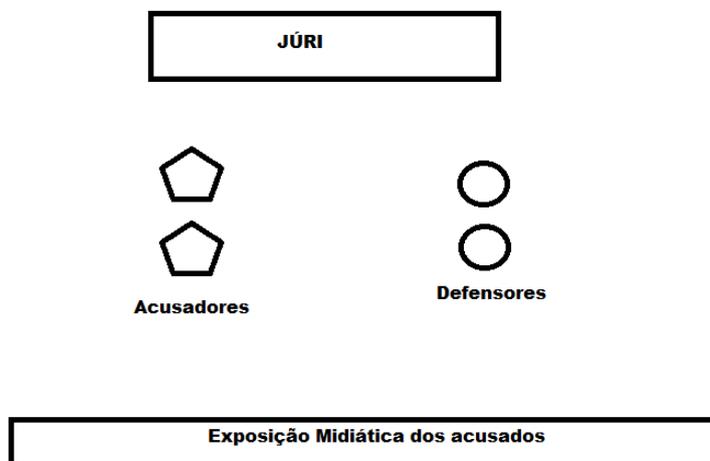
Fonte: Elaborado pelo autor

A forma de apresentação dos argumentos de defesa e acusação pelos(as) representantes, ficou a cargo dos próprios grupos decidirem, ficando livres para darem “vida” aos(as) ré(s)us), atribuindo-lhes profissões, idade, personalidade(s), gênero(s), etc.. Assim como a utilização de possíveis provas materiais, como fotos, vídeos, imagens, textos, etc.. além de ser oportunizado a presença de testemunhas para fortalecer a argumentação.

Os grupos foram orientados a deterem-se ao prazo de apresentação de apenas 10min para acusação e 10min para a defesa, apresentação única, não podendo haver interrupções e nem solicitação de tempo adicional, o tempo de 10min é organizado para que seja apresentado da melhor forma possível uma história condizente com a defesa/acusação, portanto, tende-se a preparar sob o que será acusado(a)/defendido(a) para que seja feita uma argumentação plausível e convincente aos olhos e ouvidos do júri.

O 2º Ato inicia após a sistematização das produções midiáticas, e argumentos de defesa e acusação, tendo portanto alterado o formato espacial da sala e iniciando os preparativos formais para o julgamento.

Imagem 3 - Mapa de organização espacial da sala de julgamento



Fonte: Elaboração própria.

Com a estrutura para o julgamento pronto, foi apresentado aos(as) estudantes o corpo de jurados(as)⁵, assim como as etapas do julgamento.

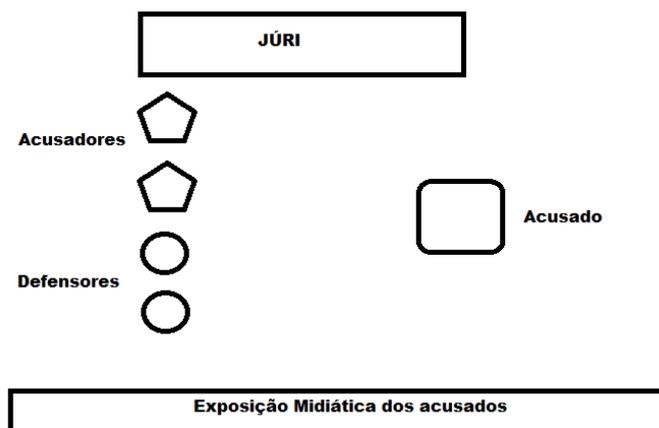
A condução foi feita de maneira ordenada, sob a visão de um juiz incorporado pelo autor da oficina, no caso eu.

O julgamento iniciou com a acusação da(o) ré(u) A que se direcionam ao local de acusação e apresentam seus argumentos para o júri, e em frente a defesa da(o) ré(u) A, que após o tempo de acusação encerrado, apresenta os argumentos para defesa. Feito a acusação e defesa da(o) ré(u) A, o júri faz as anotações necessárias, e é feito a rotação para acusação e defesa da(o) ré(u) B, após as anotações do júri, segue a rotação final de acusação e defesa da(o) ré(u) C, durante cada acusação realizada, as produções midiáticas são mostradas para o júri. Ao final das acusações e defesas o júri fazem as anotações necessário e retiram da sala para debater sobre a sentença dos(as) três personagens.

⁵ Na primeira oficina o júri foi formado por professoras regentes das turmas participantes, na segunda oficina o júri foi formado por colegas da graduação devido a ausência de professores(as), e na terceira e quarta oficina o júri foi formado por colegas de graduação e professor regente do componente curricular de metodologia de ensino de ciências sociais do curso de licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul/ Campus Erechim, como proposta de integração entre universidade/escola e usos didáticos do ensino de sociologia.

O 3º Ato finaliza as atividades englobando as sentenças do júri, então enquanto o júri se reúne para deliberar sobre as(os) Ré(s)us), a estrutura espacial da sala muda novamente.

Imagem 4 - Mapa de organização espacial da sala de julgamento



Fonte: Elaboração própria.

Neste momento os(as) estudantes não sabem, mas o júri reúne-se simbolicamente, pois a decisão sobre cada ré(u) já está definida, ficando a sentença final:

Réu “A”, decisão: Culpado, sentença: Prestação de serviços comunitários.

Réu “B”, decisão: Culpada, sentença: 37 anos de Prisão em regime fechado.

Réu “C”, decisão: Culpados, sentença: Prisão perpétua em regime fechado fora do País.

O júri retorna aos seus lugares com a “decisão tomada” e inicia-se o veredito, primeiro pede-se que representantes de acusação e defesa da ré(u) A, ocupem seus lugares, e a com cadeira vazia simbolizando a pessoa que está sendo acusada, é solicitado para que a cadeira vazia seja ocupada, surgindo então do lado de fora da sala, uma terceira pessoa, personificando a pessoa julgada como réu A.

Com o Réu A presente, e ocupando a cadeira de acusado, o júri apresenta a decisão e a sentença, que após ouvi-la o réu A é convidado a comentar sobre a decisão do júri; neste momento o Réu A se manifesta, apresentando o processo que

envolveu Marcelo Mello⁶, a primeira pessoa no Brasil a responder criminalmente por racismo no País, comentando sobre as consequências causadas pelos seus discursos de ódio via internet, e o impacto que o mesmo causou na vida de diversas pessoas.

O réu A finaliza sua explanação apontando sobre a separação legal entre o que é opinião e o que é discurso de ódio, comenta sobre o anonimato e a utilização da livre expressão, assim como as consequências de pronunciar-se em meios virtuais de maneira a agredir alguém direta ou indiretamente.

O Réu A é a personificação do Homem machista e formador de opinião, o anonimato das redes sociais permite discursar livremente sem receios de que um dia poderá sofrer repressão por isto.

Após o veredito e a explanação do Réu A, o mesmo é convidado a acompanhar o restante do julgamento próximo ao júri.

Com a cadeira da(o) ré(u) vazia novamente, seguindo a estrutura anterior, acusação e defesa da(o) ré(u) B tomam seus lugares, e antes de ser dado o veredito é chamado a Ré B para que ouça a decisão do júri.

A Ré B entra sozinha cabisbaixa e senta-se na cadeira de acusação, o júri comunica sua decisão e sentença, e então a Réu B é convidada a se manifestar perante a decisão.

Neste momento a Ré B comenta sobre sua história, uma história desde sua infância, passando pela adolescência e juventude, trazendo relatos de diversos tipos de violência, tanto verbais, físicos e até sexuais.

Em seu relato, foca na história de seu primeiro namorado, que ainda no colégio acabou indo morar com ele, e acabou sofrendo violências sem perceber o que estava sofrendo, com o tempo as violências ficaram constantes e cada vez mais agressivas, presa em seu “local natural”, devia apenas se preocupar com os afazeres da casa, não podendo ter amizades, precisando viver exclusivamente para ele

⁶ Para ver mais <https://theintercept.com/2018/12/21/prisao-do-misogino-marcelo-mello/> e <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2018/05/bravata-Evento-21-DESPADEC1.pdf>> Acesso em 13 out 2020.

inclusive satisfaze-lo sexualmente. Logo após divesos casos de violência sexual, seguido da violência física, ocasionando inclusive um aborto involuntário, a ré reage e comete o crime no qual fora acusada e sentenciada.

Após seu relato, a Ré B apresenta dados sobre violência doméstica, física, psicológica e sexual no Brasil, e no município de Erechim do ano de 2018⁷, orientando sobre como ocorre as práticas, as omissões, os registros e não registros, e como pode ser direcionado a denúncia de casos similares.

Após a explanação a ré B é convidada a participar do restante do julgamento.

Dando início ao último julgamento da(o) ré(u) C, acusação e defesa tomam seus lugares, e é adicionada mais uma cadeira ao lado da cadeira vazia da pessoa acusada C, antes do júri dar o veredito é solicitado que a(o) ré(u) C entre na sala, e então surgem duas crianças, uma menina de 10 anos, e outro menino de 9 anos, ambos entram e sentam nos dois lugares indicados.

As duas crianças ouvem a decisão do júri e então é feito algumas perguntas as duas crianças, de o por quê elas estarem ali, que Imediatamente as crianças realmente sem saber, pois, não foram comunicadas sobre a proposta da oficina, respondem que não sabem, depois é feito a pergunta do porque elas terem sido julgados e acusadas por estes crimes, que novamente as crianças apontam que não sabem e que não fizeram nada; feito as perguntas e ouvidas as respostas, é solicitado que as crianças reencontrem seus pais, e então são levadas para fora da sala.

Após as crianças saírem da Sala, no lugar em que ambas haviam sentado, é colocado duas fotografias, são da família Nascimento, vítimas da Ditadura militar no Brasil, é comentado brevemente sobre a história das crianças da família Nascimento, assim como é trazido vários relatos envolvendo torturas, mortes, acusações e assédios a crianças e adolescentes durante o período da ditadura militar no Brasil, todos os relatos, são apresentados e são divulgados com base nos

⁷ Para ver mais <https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher> acesso em 10 ou 2020 e <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/> acesso em 10 out 2020.

relatórios da Comissão Nacional da Verdade de 2014, que inclusive é relatado para estudantes onde se encontram estes relatos.

Após a explanação sob as(os) ré(s) C, é feito um breve comentário sobre o intuito da oficina, de problematizar ações, discursos e práticas cotidianas que visam o julgar, interpretar e decidir, com base em informações rasas e sem base histórica, social ou cultural, chegando ao final da oficina, numa conversa sobre a percepção dos(as) estudantes, o que mais gostaram, o que mais impactou, e o que mais lhes deixou desconfortáveis.

1.3 **A** avaliação

Desde o início da oficina foi deixado bem claro que a participação é voluntária e não seria mensurado a participação em nível de notas, e mesmo com o receio de início de alguns estudantes, em todas as etapas e em todas as turmas, a participação foi 100%, desde a organização das ideias, até as explicações, de todos estudantes, apenas o grupo de defesa da Ré B, do 2º ano do ensino médio, conseguiu associar a acusação a personagem final apresentada, mas a apresentação de todos outros personagens ultrapassaram reflexões e criatividade acerca das defesas e acusações.

Na primeira realização da oficina a pessoa que representou o réu A, é gay, negro, evangélico, solteiro e independente e se coloca como pessoa que está sendo julgada e acusada sob os olhos de vários Marcelos Mellos, problematiza os espaços ocupados, e os direitos levantados, questiona o lugar que está no momento de pessoa julgada e sentenciada, sem mesmo saber quem ele é, e traz a tona as dificuldades para que Marcelo Mello fosse preso e respondesse por seus atos, a encenação para este primeiro momento, fora realizado neste formato devido a ausência de estudantes negros na escola, a reação de estudantes durante a explanação do réu A foi de estranhamento.

A pedido, a ré B, além de expor o relato de mulheres expostas a violência no final de sua fala, foi solicitado que fosse feita uma interpretação dramática durante o relato de sua história, o impacto do relato foi tão forte que ao final da oficina diversas estudantes procuraram a ré B para fazer diversas perguntas, como a convidada para interpretar a ré B é pesquisadora da temática de violência contra mulheres no Rio Grande do Sul, acabou comentou sobre um panorama dos casos, possibilidades de intervenção e dúvidas sobre como diagnosticar e denunciar os diversos tipos de violência. Algumas estudantes choraram durante o relato, e alguns estudantes riram e “cutucavam-se” durante o relato da ré B, a mediação pós oficina, da ré B com as estudantes, possibilitou dialogar de maneira mais individual com estas estudantes para explicar que era uma encenação de sua parte, mas que os dados eram reais e novamente apontou os caminhos para busca de auxílio no caso de violência contra elas.

O momento mais chocante relatado pelas(os) estudantes fora sob as(os) Rés(us) C, desde a chegada das crianças até os relatos ocorridos durante o período da ditadura militar no Brasil, alguns e algumas estudantes choraram durante a explanação, e todos e todas sentiram-se desconfortáveis com os relatos, principalmente por se tratar diretamente de algo ligado ao Estado. Fora comentado que os relatos trazidos da comissão da verdade estão disponíveis na internet para que sejam lidos e analisados, sob esta parte da história do Brasil que ainda deixa marcas.

Por fim a avaliação final foi satisfatória, não somente pela participação de estudantes, mas pela motivação, criatividade, e exercício de pesquisa e raciocínio na contribuição para com a oficina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oficina “Decifra-me ou Devoro-te” possui como estratégia metodológica um exercício de olhar sociológico através de um tribunal de acusação e defesa, os(as) estudantes do ensino médio são inseridos(as) a uma participação prática em grupo,

com a finalidade de organizar, sistematizar e explicar acusações e defesas de personagens que desconhecem, desenvolvendo a capacidade de debate sob uma visão Social, Jurídica, Cultural e Política, tendo como base a relação de pessoas acusadas por diversos motivos e diversos contextos, para com as práticas discursivas e fontes confiáveis dispostos e transmitidos pela sociedade e comunidade.

Seu desenvolvimento deu-se pela oportunidade de aplicar práticas pedagógicas dentro do ambiente escolar e assim fortalecer a importância do estudo das Ciências Sociais dentro e fora da sala de aula, sendo possível até momento a realização da oficina com cerca de 200 participantes no total, com estudantes, professoras(res) e convidadas(as) desde o ensino médio até o ensino superior.

O incentivo ao estudo das Ciências Sociais, fortalece a legitimidade da Sociologia no ensino médio como uma das grandes disciplinas essenciais ao pensamento crítico, lógico-científico e transformador, pois perpassa conceitos que envolvem o estranhamento de práticas sociais e discursos pragmáticos, como também, fortalece a desnaturalização de toda informação recebida, propiciando aos(as) estudantes a pesquisarem temas, teorias, conceitos, e demais informações recebidas passivamente, de forma a questioná-las, e organizar e levantar debates com base em argumentos lógicos éticos e científicos.

Através do trabalho transdisciplinar que abrange as áreas das Ciências Sociais, História, Filosofia e Direito, a oficina desenvolve o conceito da ética sob a égide do estudo dos assuntos morais, procurando as origens dos comportamentos, e questionando-os frente a uma posição social ampla.

A oficina não se deteve a aspectos individuais de comportamento e caráter sob bom e/ou ruim a cada caso, mas sim é visto como as acusações e defesas correlacionam entre si nas noções de ética e cultura que perpassam a história e formação de sujeitos no contexto brasileiro.

Sob a alusão da esfinge que devorava a quem não fosse capaz de decifrá-la, esta oficina, procurou despertar nos(as) estudantes interesses de busca sob suas condutas, indentidades e sobretudo, como se posicionar e se relacionar com as

pessoas ao seu redor, pois caso o contrário, serão devorados, não pela esfinge, mas pela sociedade arrogante e ignorante.

REFERÊNCIAS

ARONOVICH, L. O dia em que o cara que quis me destruir foi condenado a 41 anos de prisão. *The Intercept Brasil*. 21 dez 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/12/21/prisao-do-misogino-marcelo-mello/>> Acesso em: 13 out. 2020.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. v. 1 digital. 2014 p. 399-653. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume_1_digital.pdf> Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade*. – Brasília: CNV, 2014. v. 2 digital. 2014 p. 341-409. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf> Acesso em: 10 out. 2020.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GONÇALVES, C. Z. R. *O ensino de Sociologia e suas problemáticas: o desenvolvimento da disciplina no contexto das escolas da 15ª Coordenadoria Regional de Educação*. (TCC). Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2018.

JUSTIÇA FEDERAL Seção Judiciária do Paraná 14ª Vara Federal de Curitiba. *Pedido de busca e apreensão criminal Nº 5056145- 95.2017.4.04.7000/PR*. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2018/05/bravata-Evento-21-DESPADEC1.pdf>> Acesso em 13 out. 2020.

QUINET, A. *Édipo ao pé da Letra: Fragmentos de tragédia e psicanálise*. UFMG. Ed. ZAHAR. 2015.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA. Indicadores da Violência Contra a Mulher. *In: SSP*, s/a. Disponível em: < <https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>> Acesso em: 10 out. 2020.

SIELSKI, A. T. *Sociologia no ensino médio: desafios para sua legitimidade*. (TCC) Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2017.

VIOLÊNCIA contra a mulher em dados. *In: Instituto Patrícia Galvão*, s/a. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/>> Acesso em: 10 out. 2020.

Recebido em: 15 out. 2020.

Aceito em: 17 jul. 2021.

COMO REFERENCIAR ESTE TEXTO:

BUENO, Maikon. DECIFRA-ME OU DEVORO-TE: Uma oficina de intervenção sociológica. *Revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. CABECS*, v.5, n. 1, p.13-31, 2021.